

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE
ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA PRESIDENTE DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA SATA HOLDING, S.A.

JULHO DE 2024



INTRODUÇÃO

A Comissão Especializada Permanente de Economia reuniu no dia 5 de julho de 2024 e da agenda da reunião constava a audição do Senhor Dr. Rui Miguel Furtado Coutinho, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da SATA Holding, S.A.

O *curriculum Vitae* do Senhor Dr. Rui Miguel Furtado Coutinho fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).

CAPÍTULO II

AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO

O Senhor Dr. Rui Miguel Furtado Coutinho, na qualidade de gestor indigitado para Presidente do Conselho de Administração da SATA Holding, S.A., referiu:

“Gostava de dirigir uma primeira palavra, de agradecimento, a quem confiou nas minhas capacidades e me endereçou o honroso convite, para ser presidente da SATA Holding, neste caso,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

o Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional e Secretários das tutelas financeira e operacional.

*Sempre pautei a minha vida pela descrição, em todos os lugares que passei. Desde o ano 2000 que sou um profissional do setor da aviação, tendo exercido diversos cargos na ANA Aeroportos de Portugal, todos eles com acompanhamento permanente da atividade dos diferentes stakeholders, onde se incluem as empresas do grupo SATA. Fruto do meu conhecimento técnico e capacidades de gestão, fui convidado para exercer o cargo de Diretor Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos do XIII Governo Regional dos Açores, onde em verdadeiro espírito de missão pelos Açores e Açorianos, liderei entre várias, a equipa que implementou a medida mais emblemática dos últimos anos no transporte açoriano, a **Tarifa Açores**. Fruto desse desempenho fui novamente convidado para diretor regional da mobilidade, cargo que aceitei por considerar não ter concluído a missão a que me tinha proposto, e para ter o prazer de trabalhar com a Dr^a Berta Cabral, pessoa com quem nunca tinha estado ou falado, mas a quem reconhecia excelentes capacidades de gestão e proatividade.*

Como a vida é feita de desafios, abracei recentemente um desafio da maior operadora mundial de aeroportos para exercer um cargo de elevada responsabilidade no Continente, interrompido por um novo pedido por parte do Governo Regional, que apelando novamente ao meu espírito de missão, conhecimento do meio aeroportuário e da aviação, me fez sair novamente da minha zona de conforto e assim, ajudar a SALVAR a SATA.

Não farei o discurso politicamente correto, ou de falsas promessas, aos stakeholders, incluindo trabalhadores, sindicatos e associações de trabalhadores. Farei sempre um discurso direto e sincero, na procura de convergência, mas sempre com o foco de SALVAR a SATA. A mensagem que tenho para todos aqueles que se interessam pela SATA, é que o caminho será difícil, por vezes tortuoso pois todas as empresas do grupo estão tecnicamente falidas há muitos e muitos anos. Neste momento, a empresa apresenta uma situação económica, financeira e de tesouraria extremamente delicada, com dificuldades imediatas e a prazo, colocando muita, mas mesmo muita pressão em todos nós. Neste cenário e enquanto o mesmo perdurar, não existe espaço, para erros na operação, greves de zelo, ou outra qualquer forma de condicionar a operação, sob pena de continuidade da atividade das empresas do Grupo SATA. Assim, conto com o empenho de todos os trabalhadores, com uma dedicação extraordinária num período deveras difícil, pois no fim, são aqueles que têm mais a perder.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Reza a história que águas calmas não fazem bons marinheiros, pois bem, encontramos a tempestade perfeita para mostrarmos do que somos feitos.

O meu espírito e dos elementos que irão compor o CA da SATA é de efetivamente SALVAR a SATA e SALVAR a SATA neste momento, é assegurar a sustentabilidade e racionalidade económica e financeira das empresas do Grupo, com o máximo de rigor e transparência. SALVAR a SATA é garantir acessibilidades aos açorianos, é o garante da nossa coesão regional e continuidade territorial.

Como referi, as empresas do Grupo SATA estão tecnicamente falidas, carregando um peso muito grande de um longo passado. Foram cometidos demasiados erros, por diversos responsáveis, cujos efeitos influenciam a prestação atual e continuarão a condicionar todas as decisões e toda a gestão diária e estratégica do Grupo. A nova administração não é responsável por esse legado, mas está fortemente motivada e focada no futuro e na rigorosa missão que nos foi confiada.

A missão confiada ao CA a que presidirei, está bem definida pelo acionista e passa pelo estrito cumprimento do Plano de Reestruturação aprovado pela Comissão Europeia, que, implica:

- *A estabilização da reorganização da estrutura empresarial;*
- *A adequação da operação, com melhoria da eficiência e redução de custos;*
- *A salvaguarda da SATA Air Açores;*
- *A efetivação da privatização da Azores Airlines;*
- *A reestruturação e alienação do negócio de Handling das companhias;*
- *A apresentação de uma proposta num eventual novo concurso de OSP territoriais, uma vez que a companhia está proibida de realizar rotas deficitárias.*

É com estes objetivos delineados pelo acionista, que nos iremos focar no futuro da empresa, estando prontos para assumir no imediato um contrato de gestão.

Neste sentido, apelo novamente à mobilização e ao envolvimento colaborativo de todos os interessados na saúde económica, financeira e operacional do Grupo SATA, sem esquecer as reformas que são necessárias implementar no imediato para tirar o nevoeiro que paira sobre a SATA e que nos faz operar constantemente em LVO. Vamos focar-nos no melhor que sabemos fazer



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

até à exaustão, num espírito colaborativo, gerador de sinergias, garantindo assim um futuro promissor e estável às empresas do Grupo SATA.

Este espírito de coesão a que me refiro tem de iniciar-se nesta casa, na casa da democracia, onde por uma vez, temos de estar unidos para salvar algo que é nosso, a SATA.

A partir deste momento estou disponível para qualquer questão que pretendam ver esclarecida.”

Dada a intervenção inicial concluída, são iniciadas as questões, começando pelo deputado Carlos Silva (PS), que pergunta se o Dr. Rui Coutinho rejeita responsabilidade nos prejuízos de 130 milhões de euros dos últimos 3 anos, sendo que põe em causa também o trabalho feito pela SATA nesse mesmo período. Adicionalmente, inquire sobre a opinião do Doutor sobre as críticas que são feitas à sua credibilidade para o cargo de presidente da SATA Holding, tal como se a demora e incerteza que levaram à sua eventual contratação para o cargo afetam o seu trabalho, perguntando também, se foi a primeira opção para a posição, acabando por questionar também, o que o Doutor pretende fazer para atenuar os desvios das projeções do plano de reestruturação, face à realidade, nomeadamente, um desvio de 100 milhões nos gastos operacionais, face ao previsto, e na realização de rotas deficitárias.

O Dr. Rui Coutinho responde, afirmando que no período desde a sua indigitação decidiu propositadamente desligar-se das redes sociais e órgãos de comunicação social, para que possa fazer o seu trabalho da forma mais efetiva possível, com uma atitude colaborativa, modesta e otimista para o futuro da SATA, quanto ao passivo, afirma que, como qualquer empresa do SPER, a SATA tem duas tutelas, nomeadamente a tutela financeira que sempre acompanhou mais as contas da empresa e a tutela operacional que acompanha mais a gestão diária das obrigações de serviço público regionais, não interferindo na gestão diária das empresas, de modo a não serem culpados de ingerências. Refere também, pretender parar de pensar no passado para focar num futuro mais próspero para a empresa, afirmando, no entanto, que herda uma herança que não lhe pertence, mas sim aos anos de má gestão empresarial, que pretende deixar no passado. Referiu exaustivamente as medidas já preparadas para recapitalizar a SATA e diminuir a má prestação financeira que todas as empresas do grupo apresentam, como, a estabilização da reorganização da estrutura empresarial, dinamização da empresa, tornando a mais eficiente, eliminando também, rotas deficitárias, cortando em ACMI's, tentando diminuir o tempo das aeronaves em terra, eliminar os serviços de catering nas rotas de médio curso, e promover o serviço de “*buy on board*”, tal como cobrar pela bagagem adicional, pré-reserva de lugar entre outras medidas consideradas de *ancillary revenues*. Seguidamente, afirma a sua intenção de trocar a encomenda



de uma aeronave Airbus 321 XLR, que supostamente serviria para fazer a ligação Terceira-Oakland e cuja entrega estava prevista para março de 2025, mas que se encontra atrasada para setembro de 2025. Por não pretender que a SATA pague leasings de aeronaves extremamente caras, no período de inverno IATA e por existirem dúvidas que a aeronave possa fazer a referida rota diretamente, pretende trocar o referido leasing por um leasing mais barato de uma aeronave do tipo A320 Neo ou A321 Neo, que venha mais cedo, durante o período de verão. De seguida, elabora que futuras rotas têm de ser muito bem fundamentadas, com melhor utilização de todos os recursos disponíveis, pretende também efetuar “retrofits” de diversas aeronaves para manterem-se competitivas, melhor colaboração e comunicação entre os trabalhadores, revisão do programa SATA imagine, aumento do tráfego charter no período de inverno como forma de reduzir custos fixos, também diminuindo o custo de viagens entre ilhas, para além de pretender criar uma “task-force” com vista ao aumento da pontualidade da empresa, aumentar o tarifário em resposta à inflação, encerrar todas as lojas nas vilas e cidades, transferindo os colaboradores para as lojas dos aeroportos oferecendo um melhor apoio aos passageiros e operação. Pretende que a SATA se foque no negócio aviação por ser uma área de negócios muito regulada e exigente, e que as restantes empresas desçam o foco dos administradores, também, melhoria no processo de manutenção, procurar oportunidades de crescimento e melhorar todos os rácios e indicadores da empresa, pois a margem de custos e ganhos estão muito próximos. Afirma que não será fácil, mas todas estas medidas são necessárias para salvar a SATA, no entanto, recusa a responder se foi a primeira opção para o cargo.

O deputado Carlos Silva, em réplica, reitera a sua questão sobre quem são os responsáveis pelos prejuízos da empresa, questionando adicionalmente sobre a intenção de despedimentos e encerramento de lojas, tal como, o aumento do preço das viagens. Posteriormente inquire também sobre a aparente contradição entre querer cortar os custos da empresa, e querer que ela expanda, sendo que pergunta também porque, como diretor regional, não tomou nenhuma ação nos últimos 3 anos, levantando a atenção a que a SATA utiliza 4 ACMIIs quando pretendia usar somente 1, perguntando também quando o Doutor teve conhecimento do empréstimo de 60 milhões de euros, e por último, inquire sobre como pretende lidar com a situação financeira precária imediata do grupo.

Clarificando, o Dr. Rui Coutinho afirma que não pretende fazer despedimentos, mas sim continuar com os processos de rescisão amigável a correr na empresa, adicionalmente diz que fez tudo o que podia e devia como diretor regional de mobilidade durante os últimos 3 anos, apontando para o Covid como um fator extremamente dificultador, para além de reiterar que apresentou as suas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

medidas a curto prazo para lidar com a situação económica imediata na sua resposta anterior, clarificando também, que ao fechar lojas, os trabalhadores seriam realocados para os aeroportos para melhorar os atendimentos aos clientes e não causar desemprego.

Dado isto, o deputado Francisco Lima (CH) toma a palavra, questionando sobre as ligações do Dr. Rui Coutinho à empresa francesa “Vinci”, e como essas ligações podem afetar o seu desempenho na SATA, devido a conflitos de interesses, posteriormente, inquire sobre o que deixou para o conselho estratégico decidir, sendo que finalmente, pergunta se é capaz de despedir quem for considerado não essencial à empresa, porque é um ato de gestão extinguir postos de trabalho ou negociar para as pessoas saírem, porque as pessoas estão lá, não fazem nada, ou não servem na nova orgânica que pretende incutir na empresa e são gastos desnecessários. Porque já vimos que a gestão política da companhia não é boa e então quando diz que não vai despedir ninguém, mas também diz que vai negociar reformas antecipadas, está a dizer a mesma coisa que despedir, que eu contrariamente ao que diz o deputado Carlos Silva, eu concordo, se são diretores, que não servem para nada porque há em demasia, muitos deles se calhar são cargos políticos que foram lá colocados; eu quero saber se tem ou não coragem para despedir essas pessoas, ou chamar o nome que entender.

Respondendo, o Dr. Rui Coutinho afirma que as ligações à empresa francesa “Vinci” não afetaram o seu trabalho atual, adicionalmente, clarifica que o conselho estratégico é meramente consultivo, mas que não tem hesitação nenhuma em utilizá-lo, e tem o mesmo em boa conta para tomada de decisões estratégicas para a empresa, como é o caso da renovação de frota. Finalmente, clarifica que, devido à sua experiência, tomará as decisões certas para lidar com todas as pessoas, para permitir que todos trabalhem para atingir o máximo do seu potencial e valorização da empresa, mas sem despedimentos.

O deputado Francisco Lima, utilizando o seu direito a réplica, insiste que o problema é o potencial do Dr. Rui Coutinho de regressar novamente à Vinci, colocando em causa a sua integridade e capacidade de tomar medidas que possam prejudicar o seu ex-patrão que será o seu futuro patrão.

O Dr. Rui Coutinho reitera que não terá dificuldade em priorizar o bem da SATA acima do, da “Vinci”.

Posto isto, a palavra passa para o deputado António Lima (BE), que reitera a questão ao Dr. Rui Coutinho sobre o caso do empréstimo que acabou por custar 30% mais do custo real, 6 milhões de euros em 9 meses, inquirindo sobre que situações poderiam ter levado a um negócio tão desfavorável ter sido concluído. Adicionalmente questiona sobre a estratégia futura para o



desenvolvimento da SATA e finalmente inquire sobre os custos dos projetos de “retrofitting” referidos pelo doutor.

O Dr. Rui Coutinho responde, começando pela última pergunta, referindo que o custo de cada aeronave seria por volta de 100 mil euros, com potencial de rendimento de 4 milhões de euros, posteriormente em relação à aeronave 321 XLR, afirma que a sua substituição baixaria drasticamente os custos de leasing, sem abdicar das qualidades do avião, com grande potencial para poupança, caso uma antecipação em obtê-la seja possível. Após isso, clarifica que tem uma visão estabelecida para a SATA, reiterando que o crescimento da SATA é positivo, no entanto precisa de uma reestruturação dos custos, levando à sua diminuição, e consequentemente aumento do lucro, sendo esse o seu objetivo, pretendendo que a SATA se torne uma das melhores empresas de se trabalhar em Portugal. Posto isto, volta a clarificar que a parte financeira da empresa não lhe competia, no entanto, tanto quanto apurou, explicou que a SATA necessitava de fundos, e com aconselhamento da união europeia, através de “*own contribution*” que deveria ser de 50%, decidiu fazer o empréstimo de modo a ganhar acesso aos fundos totais da reestruturação, sendo possivelmente essa a justificação desse gasto, reconhecendo no entanto que as taxas na mesma foram excessivas, embora tenha dado acesso a benefícios como o aval da comissão europeia, e aumento de capital por parte do governo regional.

O deputado António Lima, usando direito de réplica, retorna à questão da estratégia, afirmando que como os trabalhadores já trabalham horas extra, inquire se diminuir pessoal é boa ideia, e como isso seria possível fazer em simultâneo com um crescimento da empresa.

Respondendo, o Dr. Rui Coutinho reitera que não haverá despedimentos de forma alguma, e de seguida elabora que existe um programa de reestruturação de recursos humanos, e como isso poderá facilmente continuar a expandir a empresa e diminuir os seus custos, porque é algo que já tem acontecido.

Posto isto a palavra é passada ao deputado Joaquim Machado, que inquire se o Doutor pretende diminuir o número de operações entre ilhas?

O Dr. Rui Coutinho começa por clarificar que um dos problemas dos aeroportos açorianos, é de em grande parte não operarem à noite, prejudicando a eficiência de uso das aeronaves, dado isso, seria necessário adquirir mais aeronaves, aumentando as operações.

Dando início à segunda ronda de inscrições, o deputado Francisco Lima toma a palavra, começando por questionar se as rotas deficitárias já estão identificadas, e se os deputados podem



ter acesso a essa informação. Adicionalmente, o deputado inquire qual a opinião do doutor sobre a taxa cobrada pela agência de viagem pela emissão do bilhete.

O Dr. Rui Coutinho clarifica que preferia que a SATA recebesse mais, face à agência de viagem, porém, a taxa de emissão de bilhete, entra como custo elegível para subsídio social de mobilidade, mas, no entanto, o governo da república pretende colocar um limite nesta taxa, embora ainda não saiba o valor. Adicionalmente, explicita que relacionado com “*revenue management*”, um processo complexo de análise, as rotas que serão designadas como não lucráveis serão determinadas, mas não publicadas, pois é um segredo empresarial.

Seguidamente, o deputado Vasco Cordeiro (PS) toma a palavra, questionando qual a situação do CASK e RASK médio da empresa, em que termos e em que prazo, seguidamente inquire sobre qual a definição exata de rota deficitária para o doutor, e ainda, perguntou qual a posição do governo regional sobre a estratégia do doutor para o futuro da SATA, ou seja, se o governo está ciente e aprovou dos seus planos. Posteriormente, inquire sobre o acordo assinado pelo anterior conselho de administração, que significou um aumento de 30% das remunerações de uma determinada categoria profissional da empresa, também pergunta pela opinião do doutor sobre a privatização da empresa e finalmente, pede opinião sobre a operação da SATA Air Açores.

O Dr. Rui Coutinho começa por responder sobre a privatização, dizendo que a maior parte da responsabilidade recai sobre o governo regional, que age como acionista, após isso, clarifica que uma rota deficitária é determinada ao longo de um processo de análise rigoroso de no máximo três anos, onde o segundo ano dá uma dica do potencial da rota, sendo, no entanto, o terceiro ano verdadeiramente decisivo. Após isso, afirma que a empresa tem de crescer e voltar a analisar investimentos passados para tentar corrigir os seus erros, para além disso, o doutor afirma que não pode comentar sobre o acordo assinado pelo anterior conselho de administração pois não está bem informado sobre ele, mas diz que vai tentar fazer o máximo proveito dele, e quanto ao CASK, pretende cumprir o plano aprovado pela união europeia, passando de 6,83 em 2023, para 4.9 cêntimos até 2025, porém uma renegociação será possivelmente necessária, estando o RASK em 7.4, uma boa média dentro da União Europeia caso o CASK evolua como pretendido. Posteriormente, o doutor clarifica que todos os seus planos estão em sintonia com os objetivos do governo regional, que aprovou as medidas.

Posto isto, o deputado Vasco Cordeiro retoma a palavra para reiterar a sua questão sobre a privatização da empresa, e nomeadamente a sua opinião sobre a percentagem.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Respondendo, o Dr. Rui Coutinho reitera novamente que é ao governo regional quem compete decidir quando a privatização acontecerá, tal como a percentagem a privatizar.

Dado isto, a palavra passa para o deputado Joaquim Machado, que pergunta qual o critério para o encerramento de lojas para a empresa.

O Dr. Rui Coutinho clarifica que pretende encerrar absolutamente todas as lojas, reforçando as lojas dos aeroportos.

Utilizando a sua réplica, o deputado Joaquim Machado inquire se esse encerramento total causará despedimentos.

O Dr. Rui Coutinho clarifica novamente que não haverá despedimentos.

Posteriormente, o deputado António Lima toma palavra, questionando o que o doutor e consequentemente a SATA pretende fazer sobre a privatização do *handling* e relativamente à SATA internacional, o deputado põe em causa a viabilidade para privatização de todo, da empresa, inquirindo sobre a opinião do doutor.

O Dr. Rui Coutinho defende a viabilidade para privatização das empresas, também defendendo a ideia de separar a SATA Air Açores em aviação e handling, no entanto, reconhece que o negócio da Azores Airlines não foi bom, mas que pretende melhorar todos os indicadores financeiros para valorizar a empresa.

Dando início à terceira ronda de inscrições, o deputado Carlos Silva toma a palavra, começando por perguntar pela opinião do doutor sobre um contrato que permita que um funcionário da Azores Airlines, passasse a trabalhar para SATA Air Açores, embora resida no continente, cujo salário ascende a 5.100 euros por mês, querendo saber se considera tal coisa má gestão e se o pretende reverter, posteriormente, inquire sobre o que o Doutor pretender fazer de imediato para retornar à normalidade dentro da empresa, devido às greves decorrentes, e finalmente, pergunta se preferia alienar 51% ou 85% da empresa.

Posteriormente, a palavra é passada para o deputado Ruben Cabral (PSD), que inquire sobre se o doutor ingeriu na SATA, e se tem perspetiva de ingerência do governo regional.

O Dr. Rui Coutinho responde, clarificando que não estava ciente dos contratos referidos sobre a trabalhadora, porque as aprovações das admissões não passam pelas tutelas, adicionalmente, afirma que acredita ser tido boas negociações passadas com sindicatos, por isso espera poder



dialogar abertamente com todos os sindicatos e associações de trabalhadores e assim encontrar consensos, para além disso, diz que entre 51% a 85%, ficará para se ver, não respondendo à pergunta diretamente, mas finalmente, clarifica que nunca cometeu qualquer ingerência na companhia. O máximo que poderia considerar de ingerência seria a operacionalização de um voo extraordinário para transporte dos doentes que necessitam de fazer hemodiálise no hospital do Funchal, aquando do incêndio no HDES.

Foi dada como encerrada a audição.

<https://video.alra.pt/Asset/Details/c89ecb83-a5c1-4348-ad42-a427da81d4af>

CAPÍTULO III

POSIÇÃO DOS PARTIDOS

- **Do Partido Social Democrata (PSD):**
O Partido Social Democrata emite parecer favorável ao relatório e à indigitação.
- **Do Partido Socialista (PS):**
O Partido Socialista emite parecer de abstenção ao relatório, e à indigitação.
- **Do Partido CHEGA (CH):**
O Grupo Parlamentar do CHEGA emite parecer favorável ao relatório, e de abstenção à indigitação.
- **Do Bloco de Esquerda (BE):**
A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda emite parecer favorável ao relatório e abstêm-se de emitir posição relativamente à indigitação.
- **Do Partido Popular Monárquico (PPM):**
A Representação Parlamentar do PPM, apesar de participar na comissão sem direito a voto, foi auscultado, e emitiu parecer favorável ao relatório e à indigitação.
- **Do Partido Iniciativa Liberal (IL):**
A Representação Parlamentar do IL, apesar de participar na comissão sem direito a voto, foi auscultado, mas não emitiu parecer.



CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES E PARECER

Atenta a natureza da audição realizada, a Comissão Especializada Permanente Economia deliberou, por maioria com os votos a favor do PSD, CHEGA, e BE e com voto de abstenção do PS, na reunião de 5 de julho de 2024, aprovar o presente relatório.

Velas, 8 de julho de 2024.

O Relator

Paulo Silveira

O Presidente

Paulo Simões